

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
IX CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA

CLEVERSON LUIZ OLDONI

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: FERRAMENTAS DE REGISTRO,
CONTROLE E ANÁLISE**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PATO BRANCO
2014**

CLEVERSON LUIZ OLDONI

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: FERRAMENTAS DE
REGISTRO, CONTROLE E ANÁLISE**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Contábil e Financeira, do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus de Pato Branco

Orientador: Prof. M.Sc Oldair R. Giasson.

PATO BRANCO

2014



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco
Departamento de Ciências Contábeis
Bacharelado em Ciências Contábeis



TERMO DE APROVAÇÃO

Administração Financeira: ferramentas de registro, controle e análise

**Revisão da estrutura do Modelo de Avaliação da IX Turma de
Especialização em Gestão Contábil e Financeira
da UTFPR – Câmpus Pato Branco**

Nome do aluno(a): **Cleverson Luiz Oldoni**

Este trabalho de conclusão de curso foi apresentado às 19:00 horas no dia 20 de março de dois mil e catorze como requisito parcial para obtenção do título de ESPECIALISTA EM GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA, do Departamento de Ciências Contábeis – DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Aprovado

Oldair Roberto Giasson
(UTFPR)
Orientador

Sandro César Bortoluzzi
(UTFPR)

Luiz Fernando Casagrande
(UTFPR)

Dedico este trabalho a minha esposa e filha que são
a luz da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me abençoado com a vontade da busca pelo conhecimento.

A todos os professores e profissionais da coordenação de Ciências Contábeis da UTFPR que de alguma forma estiveram envolvidos com o curso de Pós Graduação em Gestão Contábil e Financeira.

Em especial gostaria de agradecer a meu orientador, professor Mestre Oldair Roberto Giasson, pela presteza e pelas horas dedicadas nesta orientação.

Também gostaria de agradecer ao professor coordenador Dr. Luiz Fernande Casagrande, por sua disponibilidade e dedicação ao curso, pois sempre esteve aberto a todas as dúvidas e problemas que levamos até ele.

E de forma geral aos meus colegas de curso, grandes companheiros de jornada e estudos.

RESUMO

OLDONI, Cleverson Luiz. Administração Financeira: Ferramentas de Registro, Controle e Análise. 2014. 42 páginas. Trabalho de conclusão de curso da Especialização em Gestão Contábil e Financeira. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

Com a competitividade a cada dia mais acirrada entre as empresas, é natural que estas busquem meios de organização a fim de obterem as informações rápidas e fidedignas sobre sua atuação. Dessa forma, os gestores se valem de diversos controles para assegurar que nenhuma informação passe despercebida e comprometa seu trabalho no momento mais importante, a tomada de decisão. É neste momento que atua administração financeira, que busca reunir os dados e informações das movimentações financeiras inerentes da atividade da empresa, organizá-las de forma ordenada para que seja facilitada sua consulta e posterior utilização, pois será através do cruzamento destas informações registradas que o administrador financeiro atuará no planejamento futuro e na constatação da situação atual da empresa. Através do presente trabalho, o leitor interessado poderá obter informações conceituais referentes às práticas de administração financeira adequadas, verificar os dados essenciais para alimentar o departamento financeiro e os demonstrativos mais utilizados para organizar essas informações. Também, o leitor encontrará informações sobre os cruzamentos das informações financeiras através dos índices financeiros, e uma análise confrontando as informações apresentadas neste referencial com outros trabalhos realizados na área. Através dessa confrontação, pôde ser constatado que a pesquisa realmente identificou os instrumentos financeiros, os demonstrativos financeiros, e as análises financeiras mais usuais, pois os dados do presente trabalho coincidiram total ou parcialmente com um manual desenvolvido pelo SEBRAE/MG e também com artigos científicos publicados em revistas especializadas da área.

Palavras-chave: Empresas, registros financeiros, demonstrações financeiras, análise financeira, planejamento.

ABSTRACT

OLDONI, Cleverson Luiz. Financial Management: Registry Tools, Control and Analysis. 2014. 42 pages. Work of completion of the Specialization in Accounting and Financial Management. Federal Technological University of Paraná, Pato Branco, 2014.

With the fierce competition every day between companies , it is natural that they seek for ways of organization in order to obtain quick and reliable information on their performance . Thus , managers make use of various controls to ensure that no unnoticed information and compromise your job when it mattered most , the decision making . This is where financial administration acts , seeks to collect the data and information of the inherent financial transactions of business activity , arrange them in an orderly manner to be facilitated your query and subsequent use , it will be through the intersection of this information that the registered financial manager will act in the future planning and realization of the company's current situation . Through this work, the interested reader may conceptual information relating to financial management practices appropriate , verify the essential data to feed the financial department and the statements more used to organize such information . Also , the reader will find information about the intersections of financial information through financial ratios , and an analysis comparing the information in this benchmark with other studies conducted in the area . Through this comparison , it might be noted that the research actually identified financial instruments , financial statements , and the most usual financial analysis , because the data of the present study agreed fully or partly with a manual developed by SEBRAE / MG and also scientific articles published in specialized journals in the field .

Keywords: Companies, financial records, financial statements, financial analysis, planning.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Exemplo de um fluxo de caixa.....	27
Tabela 2: Exemplo de Demonstrativo de Resultados do Exercício	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Funções da tesouraria.....	25
Quadro 2: Fluxograma do planejamento financeiro de curto prazo.....	29
Quadro 3: Modelo de estrutura de Balanço Patrimonial.....	31
Quadro 4: Quadro comparativa de informações.....	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Tema e Problema.....	12
1.2. Objetivos	13
1.3. Objetivos Específicos	13
1.4. Justificativa.....	13
1.5. Metodologia.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. A Administração Financeira.....	15
2.1.1. História	15
2.1.2. Conceito	16
2.1.3. Objetivos da Administração Financeira	16
2.1.4. O Administrador Financeiro.....	17
2.2. Registros Financeiros.....	18
2.2.1. Faturamento.....	18
2.2.2. Estoques	19
2.2.3. Contas a Receber	21
2.2.4. Despesas	23
2.2.4.1. Despesas Fixas	23
2.2.4.2. Despesas Variáveis	24
2.2.5. Tesouraria.....	24
2.2.5.1. Fluxo de Caixa	25
2.2.5.2. Orçamento e Planejamento Financeiro	28
2.3 Demonstrativos Financeiros	30
2.3.1 Balanço Patrimonial	30

2.3.2	Demonstrativo de Resultados do Exercício.....	32
2.4	Análise Financeira	34
2.4.1	Índices de liquidez.....	34
2.4.2	Índice de endividamento	36
2.4.3	Índices de atividade.....	36
2.4.4	Indicadores de Rentabilidade.....	38
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	40
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se uma grande competitividade entre as empresas, em todos os âmbitos do mercado, comércio, indústria ou serviços. Dessa forma faz-se necessário que as organizações busquem estabelecer controles cada vez mais rigorosos, visando uma posição lucrativa e sustentável contra as forças que determinam a concorrência.

Como citado por Assaf Neto (2010, p. 03), “a essência dos problemas econômicos surge na escassez de recursos, determinada pelas necessidades fortemente expansionistas de seus agentes”. Ainda para o autor, “a abertura de mercados e o crescimento da competitividade entre as unidades produtivas foram marcas importantes pela globalização da economia, exigindo maior nível de qualidade e eficiência de seus agentes”.

Para tanto, é de extrema importância que os gestores tenham à mão todos os registros de vendas, compras, descontos, ganhos, despesas, lucros, de forma que estes se tornem subsídios nas tomadas de decisão. Dessa forma a administração financeira se torna uma importante ferramenta, que irá reunir todos estes acontecimentos operacionais da organização de forma que possam ser analisados, e fornecerá aos diretores, informações para as suas tomadas de decisão, contribuindo amplamente para que estes obtenham o máximo retorno possível da operação da empresa.

Contudo, é de vital importância que os fatos financeiros, contas a pagar, contas a receber, bancos, fisco, sejam registrados corretamente no sistema gerencial, para que este traga com exatidão e em tempo real a verdadeira situação da empresa, assim os gestores saberão de onde provêm os recursos, e onde estão sendo aplicados, definirão com certeza quais os custos da operação e se estes estão coerentes com o exercício da empresa.

1.1. Tema e Problema

Atualmente em uma empresa comercial pôde ser observado a falta ou incorreções nos registros de dados financeiros, o que proporciona falhas e

incorrções na geraão de relatórios e demonstrativos, que podem levar a tomadas de decisões equivocadas por parte de seus gestores.

Quais são as informações, demonstrativos e análises financeiras mais utilizadas na administração financeira das empresas?

1.2. Objetivos

Com base na literatura, elaborar um referencial teórico para auxiliar o departamento financeiro das empresas a realizar de maneira adequada os registros dos dados financeiros, possibilitando o acompanhamento de sua situação financeira.

1.3. Objetivos Específicos

- a. Apresentar o conceito e a função da administração financeira e do administrador financeiro;
- b. Identificar quais são os dados financeiros mais importantes;
- c. Identificar quais os demonstrativos financeiros mais utilizados;
- d. Demonstrar quais as informações provenientes do cruzamento dos dados financeiros;

1.4. Justificativa

Essa pesquisa terá como objetivo fornecer às empresas, e à sua administração, um auxílio para a organização do setor financeiro, demonstrando quais os principais dados financeiros existentes no dia a dia, e demonstrar através de uma revisão literária como eles podem ser tratados e quais informações podem ser retiradas deste tratamento.

Dessa forma o estudo se torna importante, pois é através dessas informações que os gestores tomarão as decisões que indicaram os melhores caminhos para a organização, garantindo o sucesso e aumentando da competitividade em sua área de atuação.

1.5. Metodologia

Por definição, “o método é um plano de ação, formado por um conjunto de etapas ordenadamente dispostas, destinadas a realizar e antecipar uma atividade na busca de uma realidade” (FACHIN, 2001 p. 29).

A pesquisa, que para Fachin (2001, p.123) “é um procedimento intelectual para adquirir conhecimentos pela investificação de uma realidade e busca de novas verdades sobre um fato (objeto, problema)”, será desenvolvida através do método de estudo de caso, por ser um estudo intensivo, que buscará a compreensão como um todo do assunto investigado (FACHIN, 2001 p.42).

Este estudo, especificamente, consistirá em uma pesquisa bibliográfica qualitativa abordando os conceitos inerentes ao tema e estudos e opiniões de fontes diferentes, propiciando assim, confrontar as idéias destas fontes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Administração Financeira

2.1.1. História

A administração financeira começou a ser mais enfatizada e tomou uma posição mais relevante em 1930, quando, segundo Brigham e Houston (1999, p. 05), com a depressão ocorrida nessa década, “a ênfase se deslocou para falências e concordatas, liquidez das empresas e regulamentação dos mercados de títulos”. Ainda baseado nos autores, já no final da década de 1950, ampliou-se os estudos nas áreas teóricas, “e o foco da administração financeira se deslocou para as decisões administrativas concernentes à escolha de ativos e passivos, com o objetivo de maximizar o valor da empresa”.

No seguimento de sua evolução já nos anos 90, a administração financeira teve a necessidade de expandir-se para incluir alguns eventos, como a inflação e seus efeitos econômicos, que alteram o rumo das organizações; a diversificação dos serviços financeiros oferecidos pelas instituições; a rápida expansão do uso de computadores nos registros, análises e transferências de informações financeiras; o crescimento das operações entre mercados globais (BRIGHAM e HOUSTON 1999, p. 15).

Atualmente pode-se perceber que o conteúdo histórico apresentado pelos autores é verídica, pois verificamos que a cada dia as empresas estrangeiras buscam explorar nosso mercado procurando vantagens, oferecendo aos consumidores maior diversificação, e com isso gerando problemas para os diretores das empresas nacionais com as quais competem, pois a concorrência aumenta e estes devem ter cuidado redobrado nas tomadas de decisão, dando maior atenção às rápidas mudanças no mercado atual. Também, dos anos 90 para cá foi brutal a evolução dos meios tecnológicos que proporcionaram para todo o mundo infinitas ferramentas para auxiliar em todos os âmbitos, e no caso da administração financeira não foi diferente. Novos *hardwares* e inúmeros *softwares* que propiciam e facilitam os registros rápidos e constantes de informações e fatos financeiros, o que acarreta um grande aumento no

número de informações com grande qualidade e veracidade. Isso tudo proporciona aos diretores, gerentes, colaboradores inúmeros, e atualmente indispensáveis, subsídios facilitadores nas tomadas de decisão.

2.1.2. Conceito

Vários autores conceituam a administração financeira, dentre elas destacam-se Junior, Rigo e Cherobim (2010, p. 04) que apresentam resumidamente que “a Administração financeira é a arte e a ciência de administrar recursos financeiros para maximizar a riqueza dos acionistas”. Também, de forma mais abrangente, Gitman (2004, p. 04) descreve que “a administração financeira pode ser vista como uma forma de economia aplicada, que se baseia amplamente em conceitos teóricos econômicos” e ainda segundo o autor, a administração financeira se utiliza de dados da contabilidade, que é outra área da economia aplicada. Dessa forma, pode-se verificar que a administração financeira nada mais é do que uma ferramenta que reúne todos os fatos econômicos da organização transformando-os em subsídios para os gestores em suas tomadas de decisão.

2.1.3. Objetivos da Administração Financeira

O objetivo primordial da administração financeira alinha-se, obviamente, ao objetivo econômico de toda a organização, que segundo Hoji (2001, p. 21) “é a maximização de seu valor de mercado em longo prazo, pois dessa forma estará sendo aumentada a riqueza de seus proprietários (acionistas de sociedades por ações ou sócios de outros tipos de sociedades)”. Esses proprietários, acionistas que investem seus recursos nas empresas, segundo Hoji (2001, p. 21) “esperam que seu investimento produza um retorno compatível com o risco assumido, por meio de geração de resultados econômicos e financeiros (lucro e caixa) adequados por longo prazo”.

Nas organizações é possível identificar três diferentes tipos de atividades, as operacionais, os investimentos e os financiamentos, que de certa forma conduzem a empresa para seu sucesso ou não.

As operacionais, que segundo Hoji (2001, p. 22) “existem em função do negócio da empresa e são executadas com a finalidade de proporcionar um retorno adequado para os investimentos feitos pelos proprietários”. Essas atividades são a base principal e são elas que dão forma e identificam a atividade base das empresas. Nesse contexto surgem alguns exemplos; como as organizações puramente comerciais, onde existem estritamente operações de compra, e venda de mercadorias; as indústrias, que desempenham atividades de compra de insumos, transformação em produtos fim, e venda ao mercado consumidor; empresas dedicadas à prestação de serviços, que tem como “produto” sua mão de obra em diversos âmbitos e funcionalidades.

Os investimentos por sua vez, podem ser definidos como a aplicação dos recursos que irão gerar a operação da organização. Como explica Hoji (2001, p. 22) “as atividades de investimento correspondem às contas classificadas no balanço patrimonial, em *investimentos temporários* e em *ativo permanente*.” Como exemplo disso, pode-se citar a compra de máquinas e equipamentos, integralização de capital, aplicações financeiras a curto e longo prazo etc.

As atividades de financiamentos como cita Hoji (2001, p. 22), “refletem os efeitos das decisões tomadas sobre a forma de financiamento das atividades de operação e de investimentos”. Por exemplo, a captação de empréstimos no mercado financeiro, emissão de títulos, etc.

2.1.4. O Administrador Financeiro

Em grandes organizações, a administração financeira está dentre os mais relevantes setores que compõe seu todo, e como demonstra Braga (1989, p. 35) ela “costuma ser desempenhada por três executivos de alto nível: o Vice Presidente de Finanças, o Diretor Tesoureiro e o Diretor de Controle”. Simultaneamente, o Vice Presidente é o representante da empresa perante órgãos públicos, instituições financeiras, e assina grandes contratos de financiamentos e vendas; formula a política financeira global da empresa; é o principal executivo da área, reportando-se diretamente ao presidente; coordena as funções dos demais postos da administração financeira Tesoureiro e *Controller*. O Tesoureiro, por sua vez, tem função executiva; mantém as

relações com bancos e outros credores; administra fluxos de recursos; é o responsável pela liquidez da empresa. O *Controller* é um *staff*, desempenhando funções de auditoria interna, sendo responsável com a rentabilidade da organização.

Nas empresas menores, micro, pequenas e médias, essas atividades normalmente, segundo Braga (1989, p. 35), “ficam sob responsabilidade de um dos sócios”, e não é raro que este desempenhe outras funções operacionais deixando a administração financeira em um segundo plano, preocupando-se e regulando e administrando somente as disponibilidades.

O Administrador Financeiro, ou Vice Presidente de Finanças, ou ainda o Sócio responsável pelas finanças, deve preocupar-se com; a análise, planejamento e controle financeiro; tomadas de decisões de investimentos; e por fim, tomadas de decisões de financiamentos.

2.2. Registros Financeiros

Como descrito nos tópicos anteriores, a administração financeira nada mais é do que o estudo das informações financeiras de forma conjunta, para que estes resultados se traduzam em subsídios e informações relevantes nas tomadas de decisão das empresas.

Porém, para que seja possível a reunião dessas importantes informações, é vital que se organize e registre todos os fatos referentes à movimentação financeira na empresa. Os tópicos a seguir tratarão dos principais registros necessários em toda a organização, principalmente nas comerciais que é o foco do estudo.

2.2.1. Faturamento

O faturamento talvez seja a peça de maior importância para as empresas, principalmente as comerciais. É dele que provem todas as receitas que designaram a rentabilidade e por conseqüência a sobrevivência da empresa e a atratividade para seus acionistas. Buscando algumas definições para o termo faturamento, pode-se encontrar que ele é o “total de vendas realizadas em

determinado período. Valor total recebido com a venda de produtos ou serviços de uma empresa. Entram ainda nesta conta os ganhos obtidos com aplicações financeiras ou venda de ativos”. (GLOSSÁRIO DA CONTABILIDADE, 2014)

O faturamento pode ser uma forma de se realizar os cálculos tributários, como no caso das empresas que se enquadram no Simples nacional, que calcula de uma forma mais geral até oito tributos sendo que o cálculo do imposto é feito a partir do faturamento mensal, onde são aplicadas alíquotas que variam de 4% a 22%, de acordo com o setor e o porte das empresas (SEBRAE, 2014).

Geralmente nas empresas o faturamento é previsto e projetado para um determinado período, sendo que para Gitman (2004, p. 94) “o ingrediente básico do processo de planejamento financeiro de curto prazo é a previsão de vendas”, pois esta será um dos subsídios principais para que o administrador financeiro planeje e projete um fluxo de caixa futuro.

As previsões podem ser externas, quando se utilizam de indicadores econômicos externos à empresa, eles podem ser índices de confiança do consumidor, renda da população alvo, aumento da população nas imediações da empresa, mudanças climáticas, etc. (GITMAN, 2004 p. 94).

Já as previsões podem ser internas, quando são construídas pelos próprios canais de distribuição da empresa. Em determinados casos, a empresa convoca a equipe de vendas para em conjunto planejar e definir uma previsão do que será faturado no período. Pode-se neste caso também, levar em consideração os efeitos de fatores inerentes à capacidade produtiva da empresa (GITMAN, 2004 P. 94).

2.2.2. Estoques

Os estoques para as organizações comerciais constituem a base de suas funções, pois é do seu giro que a empresa obterá seus resultados. Para as indústrias, os estoques participam de forma ativa em diversas etapas, matéria prima, embalagens e de consumo, produtos em elaboração e produtos acabados.

Segundo Braga (1989, p. 101) os estoques “representam uma parcela significativa do ativo circulante, e provocam custos financeiros e despesas operacionais”. Para Hoji (2001, p. 123) “a responsabilidade direta pela administração dos estoques não é do administrador financeiro, mas ele pode influir sobre os resultados globais da empresa, interagindo junto a áreas operacionais responsáveis pelo controle do giro e níveis adequados de estoques. Já para Braga (1989, p. 101), o administrador financeiro tem por dever controlar os níveis de estoques a fim de preservar a capacidade de solvência da empresa e maximizar o retorno dos recursos investidos, pois os níveis de estoques estão altamente ligados a custos e riscos, como os descritos abaixo:

- Custos de capital, que correspondem aos recursos investidos em sua compra;
- Custos de instalações, que correspondem aos gastos com alugueis de galpões, prédios e instalações, bem como equipamentos, limpeza, serviços auxiliares, em fim, tudo o que for destinado para sua armazenagem e manutenção;
- Custos de serviços, que são os recursos gastos com mão de obra utilizada na recepção, armazenagem, deslocamentos internos e expedição;
- Riscos de estocagem, que são referentes a furtos, deterioração, obsolescência, queda nos preços de mercado, etc.

Sob essa ótica, é necessário a busca ferramentas para administrar os estoques da melhor forma objetivando a redução dos volumes ao essencial. Como descreve Junior, Rigo e Cherobim (2010, p. 416) a indústria japonesa da década de 1970 foi a primeira a se preocupar de forma mais ampla com estes investimentos. Para tanto, desenvolveram vários modelos de ferramentas para regular e operacionalizar os estoques, dentre elas estão o *Just-in-time* e o *Kanban*. Foi através destas ferramentas que se tornou possível a redução dos investimentos e dos riscos em estoques.

Algumas justificativas básicas foram levantadas por Junior, Rigo e Cherobim (2010, p. 416) para justificar a manutenção de estoques nas empresas comerciais e indústrias, dentre elas pode-se citar:

- Estoques operacionais, funcionais ou mínimos: que representam a quantidade necessária para garantir o desenvolvimento da produção ou garantir a pronta entrega aos clientes. Os níveis de estoque nesse caso devem estar adequados aos fluxos de entrada e saída de materiais e produtos. No caso das empresas comerciais os níveis devem adequar-se às expectativas de vendas;
- Estoques de segurança: são estoques definidos com a finalidade de superar imprevistos nos processos de fornecimentos, e garantir a entrega de produtos aos clientes;
- Estoques especulativos: mantidos para se beneficiar ou reduzir efeitos negativos de variações de preços de mercado. Para casos de previsão de aumentos nos preços, os estoques são inflados para assegurar seu preço e competitividade no mercado mesmo com a alta. Essa prática deve ser momentânea e criteriosamente analisada com relação a seu custo-benefício.

Dessa forma é papel do administrador financeiro atuar em conjunto ao gerente de compras a fim de garantir a manutenção dos níveis de estoque, para que sejam preservadas de forma plena as atividades operacionais da organização. É necessário que o profissional avalie toda a atividade para manter sempre um equilíbrio máximo, pois um alto nível de estoques se torna um alto custo para a empresa, e em contrapartida um nível excessivamente baixo pode gerar atrasos de entregas, ou mesmo falta de competitividade com o mercado.

2.2.3. Contas a Receber

Poucas são as empresas que não oferecem alguma forma de crédito aos seus clientes, pois dessa forma os gestores proporcionam uma forma de aumentar o faturamento e por consequência a atratividade do negócio. Para Braga (1989, pg. 114), "as duplicatas a receber constituem um ativo de elevada liquidez que podem ser descontadas nos bancos comerciais ou servirem de garantia no levantamento de novos empréstimos." Também, em Sanvicente (1987, pg. 153), "a concessão de crédito atua como elemento do

processo de oferecimento de um produto ou serviço não só porque afeta diretamente o preço de aquisição, distribuindo os pagamentos no tempo, como proporciona maior flexibilidade operacional ao comprador, que ganha tempo para gerar recursos com vistas a efetuar os pagamentos devidos”.

Mas, contudo, as pessoas que tem o poder de decisão nas organizações devem estar atentas com possíveis problemas, pois como citado por Braga (1989, p. 113), “além dos riscos de atrasos e de perdas por falta de pagamento, as vendas a prazo provocam despesas adicionais com análise de crédito e cobrança”.

Podem ser vários os custos e riscos inerentes de vendas a prazo, e neste contexto Braga (1989, p. 114) descreve:

- despesas com a análise do potencial de crédito dos clientes;
- despesas com a cobrança das duplicatas;
- risco de perdas com os créditos incobráveis;
- custo dos recursos aplicados nas contas a receber;
- perda de poder aquisitivo do valor dos créditos em decorrência do processo inflacionário.

Portanto, o que o autor coloca em seu trabalho, é que os custos e riscos relacionados às vendas a prazo são muito superiores às transações a vista, e em muitos casos o que se observa é que essa diferença de custo não é repassada totalmente na forma de descontos para as vendas a vista, que em vários casos auxilia na manutenção do benefício ao cliente aumentando a competitividade da empresa no mercado. (BRAGA 1989, p. 114).

Outro fator importante a ser observado nas operações a prazo é a necessidade líquida de capital de giro, pois para financiar o giro de seu estoque, e bancar o prazo concedido aos clientes, a empresa necessitará de dinheiro disponível para quitar as compras, ou estender os prazos junto a seus fornecedores (HOJI 2001, p. 22).

No caso do aumento do prazo com fornecedores, os custos de compra serão afetados de forma significativa, o que irá irradiar-se por todo o sistema econômico da empresa (BRAGA 1989, p. 114).

Para um controle efetivo das contas a receber, o administrador financeiro pode se valer o índice de prazo médio de recebimento, ou idade média das

contas a receber, que para Gitman (2004, p. 47), “é útil nas avaliações das políticas de crédito e cobrança.”

Com este índice o administrador financeiro pode comparar o resultado do índice com o prazo médio concedido aos clientes, pois caso o índice resulte em 60 dias e o prazo médio do período calculado é 30 dias, significa que o setor de concessão de crédito ou de cobrança são ineficientes. Em contrapartida, se o índice ficar igual ou abaixo do valor encontrado no índice pode se assegurar da plena eficiência das funções na empresa (GITMAN 2004, p. 47).

2.2.4. Despesas

Despesa de maneira geral, pode ser definida e conceituada como em Iudícibus e Marion (2002, p. 175) “como sendo o sacrifício de ativos realizado em troca da obtenção de Receitas”, ou seja, a despesa nada mais é do que um sacrifício para a obtenção da receita.

As despesas podem facilmente confundir-se com as perdas, mas diferentemente destas, as despesas surgem das atividades normais da empresa, como custo das vendas ou de serviços, salários, depreciações e etc. Já as perdas são dispêndios que, não surgem normalmente sem previsão, e não tem ligação com a atividade das empresas. Como exemplo das perdas podemos citar gastos com desastres, como inundações, fogo, etc. (IUDÍCIBUS E MARION, 2002 p.177).

2.2.4.1. Despesas Fixas

Despesas, ou custos fixos, são os gastos que operam sempre dentro das mesmas medidas, independente do volume de produção ou do faturamento. Pode-se citar como exemplos de despesas fixas, os gastos com alugueis, seguros, ordenados mensais (exceto comissões sobre venda) etc. Estes gastos, porém, não são permanentemente fixos, eles se alteram periodicamente, mas sua oscilação independe do volume produzido ou vendido (SÁ E SÁ, 1994 p. 127).

2.2.4.2. Despesas Variáveis

As despesas, ou custos variáveis, oscilam em função da produção ou do faturamento. Eles tem relação direta e são diretamente proporcional com o volume produzido, de forma que quando o volume aumenta a despesa sobe também. Podem ser consideradas despesas variáveis, a mão de obra direta da produção, comissões sobre vendas, energia elétrica da fábrica etc (SÁ E SÁ, 1994 p. 127).

2.2.5. Tesouraria

Como descrito por Hoji (2001, p. 22), a tesouraria é uma das áreas mais importantes em uma empresa, pois é nela que transitam todos os recursos financeiros da empresa. A tesouraria não tem a finalidade da geração de lucro em empresas não financeiras, mas pode contribuir com esse fim, viabilizando projetos, obtendo recursos aos melhores custos, maximizando a rentabilidade das aplicações financeiras (HOJI, 2001, p. 137).

São funções da tesouraria segundo Hoji (2001, p 137,138 e 139)

PLANEJAMENTO FINANCEIRO	Elaborar projeção de fluxo de caixa
	Analisar estrutura de capital e propor alternativas de financiamento
	Estabelecer política de aplicação financeira
	Estabelecer política de financiamento de capital de giro
ADMINISTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Controlar os recursos disponíveis em bancos e em caixa
	Elaborar e analisar a Demonstração do Fluxo de Caixa Realizado
	Fazer a conciliação bancária
	Planejar e executar ações para suprir insuficiências de caixa
	Planejar e executar ações para maximizar as sobras de caixa
	Analisar alternativas de financiamento de capital de giro
	Analisar antecipações de recebimentos e pagamentos
NEGOCIAÇÃO E CONTROLE DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	Analisar os aspectos legais e financeiros das aplicações financeiras
	Negociar e controlar as aplicações financeiras
	Conceder limite de crédito para instituições financeiras
	Controlar e analisar a rentabilidade das aplicações financeiras

NEGOCIAÇÃO E CONTROLE DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Analisar os aspectos legais e financeiros dos empréstimos e financiamentos
	Negociar linhas de crédito com instituições financeiras
	Negociar e controlar empréstimos e financiamentos bancários
	Negociar e controlar operações de leasing
	Controlar e analisar os custos de empréstimos e financiamentos
NEGOCIAÇÃO E CONTROLE DE GARANTIAS E SEGUROS	Negociar linhas de crédito para fianças bancárias e seguros-garantia
	Controlar os instrumentos de garantia entregues a terceiros
	Negociar comissões de fianças bancárias e prêmios de seguros
	Analisar, controlar e manter a guarda dos instrumentos de garantia recebidos de fornecedores
CRÉDITO E COBRANÇA	Analisar os cadastros dos clientes para concessão de créditos
	Cobrar e receber as duplicatas nos respectivos vencimentos
	Controlar as duplicatas em carteira e em cobrança bancária
	Controlar eventos financeiros contratuais
	Negociar renovação de crédito
CONTAS A PAGAR	Estabelecer políticas de pagamentos
	Controlar adiantamentos a fornecedores
	Controlar abatimentos e devoluções de mercadorias
	Controlar cobranças bancárias e cobranças em carteira
	Liberar duplicatas para pagamento

Quadro 1: Funções da tesouraria.
 Fonte: Hoji (2001, p 137,138 e 139).

2.2.5.1. Fluxo de Caixa

Talvez a principal ferramenta e a maior preocupação do administrador financeiro, é o fluxo de caixa. É nele que são geridas as finanças do dia-a-dia e também o planejamento do futuro financeiro das empresas, auxiliando o gestor com clareza para as tomadas de decisão (GITMAN 2004, p. 84).

Conforme apresentado por Brigham, Gapenski e Ehrhardt (2001, p. 58), por mais que uma empresa apresente um resultado com um lucro líquido satisfatório, nem sempre esse lucro líquido resulta em um bom saldo de caixa. O que acontece comumente, é que o lucro líquido pode estar empregado em outras operações, como investimentos em estoques, financiamento de contas a

receber, investimento em ativos fixos, reduzir endividamento, entre outros, e não necessariamente em integrar as disponibilidades.

Dessa forma, o fluxo de caixa se torna primordial, pois através dele o administrador financeiro poderá demonstrar as mudanças na posição de caixa da empresa, que são separadas em três categorias, como apresenta , Gapenski e Ehrhardt (2001, p. 58):

1. Atividades operacionais, que incluem o lucro líquido, a depreciação e as mudanças em ativos e passivos circulantes outros que não o caixa e as dívidas de curto prazo;
2. Atividades de investimento, que incluem investimentos ou vendas de ativos de ativos fixos;
3. Atividades de financiamento, que incluem levantar caixa por meio da emissão de dívidas de curto prazo, dívidas de longo prazo ou ações. Além disso, uma vez que os dividendos pagos e o caixa utilizado para a recompra de ações em circulação ou títulos de dívida de longo prazo reduzem o caixa da empresa, tais transações estão incluídas aqui.

Um fluxo de caixa bem elaborado ajuda o administrador financeiro a responder perguntas como, “a empresa está gerando caixa o suficiente para comprar os ativos adicionais necessários para seu crescimento?” Ou também, pode ser uma grande ferramenta para verificar o porquê de uma queda no caixa de um período para outro, o que seria dificultoso e superficial sem todo o a relação explanadas de forma analítica (BRIGHAN, GAPENSKI e EHRHARDT, 2001 p. 58).

Tabela 1: Exemplo de um fluxo de caixa.

Fluxo de Caixa de 12 Meses

Ano Fiscal Começa: 01/01/2013

Resumo do Fluxo de Caixa

	Início	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Sep/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	Média Mensal	Visão Geral
Resumo de Caixa															
Dinheiro em Caixa (início do mês)	87.384,04	202.077,58	211.857,45	228.068,33	222.761,26	212.794,45	222.854,63	213.908,27	208.176,72	204.283,63	197.422,88	180.401,16	164.662,56	205.772,41	
Caixa Disponível (disponível + recibos, antes da saída do caixa)	202.077,58	300.841,23	333.193,29	339.399,22	327.747,42	320.383,45	321.618,28	335.244,11	319.507,61	309.289,79	305.011,88	285.387,32	272.251,56	314.154,60	
Situação do Caixa (fim do mês)	202.077,58	211.857,45	228.068,33	222.761,26	212.794,45	222.854,63	213.908,27	208.176,72	204.283,63	197.422,88	180.401,16	164.662,56	160.550,24	202.311,80	
Recibos de Caixa															
Vendas em Dinheiro	107.716,54	94.180,65	116.710,84	107.679,89	99.261,16	100.041,00	122.272,30	129.272,30	129.816,12	113.236,24	121.196,46	122.508,71	117.928,82	114.508,71	
Cobranças de contas correntes	4.498,00	3.493,00	1.987,00	1.029,00	2.911,00	4.234,00	3.493,00	1.987,00	1.029,00	2.911,00	4.234,00	2.911,00	4.234,00	2.871,08	
Empréstimo/outra dinheiro	2.479,00	1.090,00	2.638,00	2.622,00	2.814,00	3.314,00	1.090,00	2.638,00	2.622,00	2.814,00	3.314,00	2.814,00	3.314,00	2.590,33	
Total de Recibos de Caixa	114.693,54	98.763,65	121.335,84	111.330,89	104.986,16	107.589,00	98.763,65	121.335,84	111.330,89	104.986,16	107.589,00	104.986,16	107.589,00	108.382,19	
Caixa Recolhido															
Compras (especificar)	54.103,30	65.297,55	79.802,57	78.493,02	60.273,49	62.477,61	87.424,99	74.791,89	72.876,20	86.018,18	81.242,62	56.789,83	71.632,60		
Salários brutos (retrada exata)	12.243,48	15.172,41	13.998,39	12.903,95	13.005,33	15.895,40	16.805,40	16.876,09	14.720,71	15.755,54	15.926,13	30.661,49	16.163,69		
Suprimentos (escritório e operacionais)	250,00	428,00	165,00	1.168,00	345,00	428,00	165,00	1.168,00	345,00	165,00	1.168,00	345,00	165,00	511,67	
Reparos e manutenção	0,00	2.200,00	163,00	67,00	115,00	2.200,00	163,00	67,00	115,00	163,00	67,00	115,00	163,00	452,92	
Publicidade	1.100,00	625,00	1.356,00	1.203,00	2.560,00	625,00	1.356,00	1.203,00	2.560,00	1.356,00	1.203,00	2.560,00	1.475,58		
Aluguel	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	
Serviços essenciais	285,00	318,00	151,00	134,00	228,00	5.000,00	151,00	134,00	228,00	151,00	134,00	228,00	151,00	595,17	
Outros (especificar)	123,00	234,00	123,00	234,00	123,00	234,00	123,00	234,00	123,00	234,00	123,00	234,00	123,00	169,25	
Pagamento de capital do empréstimo	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
Compra de capital (especificar)	679,00	700,00	679,00	650,00	679,00	700,00	679,00	650,00	679,00	650,00	679,00	650,00	679,00	675,25	
Outros custos iniciais	400,00	350,00	400,00	300,00	300,00	400,00	350,00	400,00	300,00	400,00	300,00	400,00	300,00	366,67	
Reserva e/ou Caução	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	
Saque dos Proprietários	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	
Total do Caixa Recolhido	88.593,78	105.124,36	116.637,36	114.952,97	97.529,82	107.779,07	127.067,39	115.223,98	111.846,91	124.610,72	120.724,75	111.701,32	111.842,80		

Fonte. Proposição do pesquisador.

2.2.5.2. Orçamento e Planejamento Financeiro

Através dos registros dos dados financeiros nos demonstrativos, o administrador poderá verificar como está a saúde da organização naquele momento. De certa forma esse ato é válido, pois o responsável poderá visualizar se a empresa cresceu ou não, e os motivos do sucesso ou da falta dele.

Contudo, verificar o passado pode tornar-se um problema, pois não há remédio para o que passou, e isso pode levar, em muitos casos, à falência ou a dificuldades extremas nas organizações.

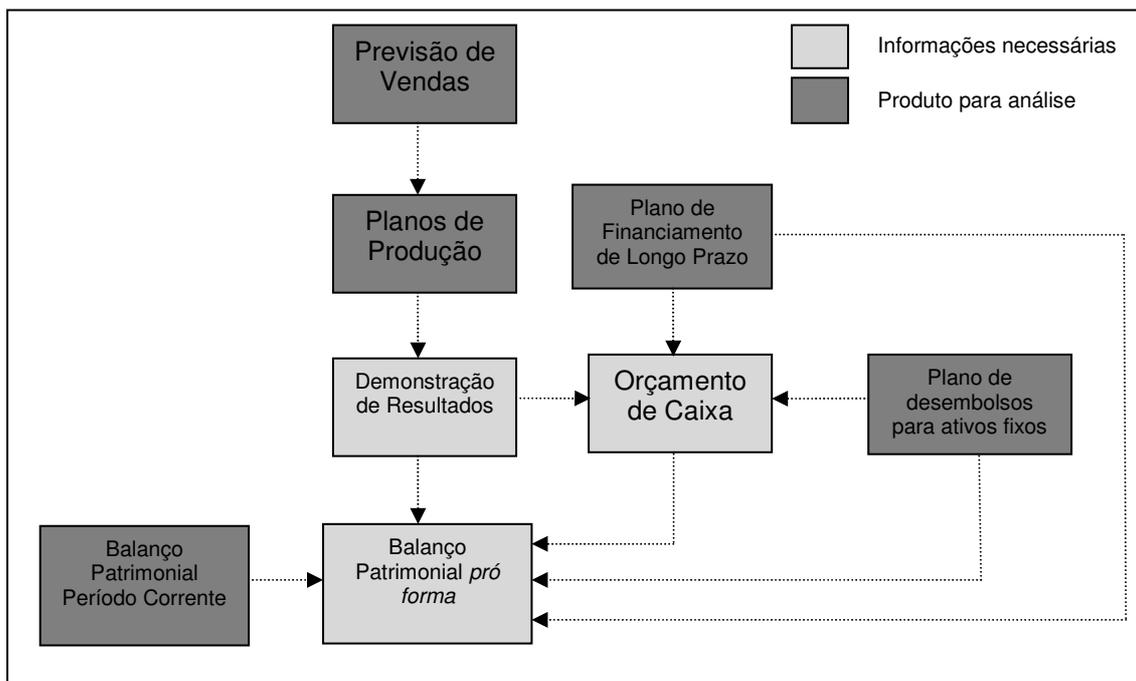
Como forma de prevenir surpresas inconvenientes, os administradores se valem do planejamento financeiro, que segundo Gitman (2004, p. 92) ele “oferece orientação para a direção, a coordenação e o controle das providências tomadas pela organização para que atinja seus objetivos”. Ainda segundo o autor, podem ser citados como importantes planejamentos para o setor financeiro, o planejamento de caixa, que corresponde à elaboração de um orçamento de caixa, e o planejamento de resultados, que exige a elaboração de demonstrações projetadas.

Os planejamentos do setor financeiro são divididos em duas vertentes que se complementam. Os planos financeiros de longo prazo, que lidam de forma mais estratégica que segundo Gitman (2004, p. 93) “estipulam as medidas financeiras planejadas da empresa e o impacto esperado dessas medidas para períodos de dois a dez anos”. Esses planejamentos são acompanhados e sofrem alterações conforme novas informações são disponibilizadas. O período de tempo varia de organização para organização, pois dependendo dos ciclos de produção, ou por incertezas de mercado, as empresas podem optar por planejamentos em um espaço mais curto de tempo.

Já os planos financeiros de curto prazo, são mais focados nas operações, normalmente elas contemplam a implantação dos objetivos de longo prazo, e para Gitman (2004, p 93), “determinam as providências financeiras de curto prazo e o impacto previsto dessas providências”. Normalmente esses planejamentos são delimitados por um período curto, de um a dois anos. Eles incluem dados básicos, como previsão de vendas e diversos dados

operacionais e financeiros. São gerados através do planejamento financeiro de curto prazo diversos orçamentos operacionais, como o orçamento de caixa e as demonstrações financeiras projetadas (Gitman, 2004 p. 93).

Fluxograma do planejamento financeiro de curto prazo (operacional):



Quadro 2: Fluxograma do planejamento financeiro de curto prazo.

Fonte: Gitman (2004, p. 93).

Uma das ferramentas utilizadas no planejamento financeiro, é o Orçamento de Caixa ou Planejamento de Caixa, que visa demonstrar as entradas e saídas de caixa de forma planejada da organização. Sua utilização se torna necessária para estimar suas necessidades de caixa no curto prazo, priorizando o planejamento do uso de superávits e a cobertura de deficits (GITMAN, 2004 p. 94).

Segundo Gitman (2004, p. 94) o orçamento de caixa, normalmente cobre o período de uma no, dividido em períodos menores. O tempo desses períodos varia de empresa para empresa, e dependem da sazonalidade e das incertezas do negócio. Quanto maiores estes fatores, menor será o intervalo entre os períodos. No caso de organizações com um elevado nível de certeza ou estabilidade, é comum a utilização de períodos maiores de planejamento de caixa, normalmente em intervalos trimestrais ou até anuais.

2.3 Demonstrativos Financeiros

2.3.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial como descrito em Velter e Missagia (2005, p. 501) “é a demonstração financeira que tem por objetivo evidenciar a situação patrimonial da entidade em um dado momento”. Ainda para os autores, é nele que são evidenciados de forma ordenada os três elementos principais que compõe o patrimônio da empresa ativo, passivo e patrimônio líquido. Para Ludícibus e Marion (2002, p. 185 e 191) o Balanço Patrimonial pode ser considerado como “a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativamente e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade, ou ainda “a peça que retrata a posição das contas de uma entidade após todos os lançamentos das operações de um período terem sido feitos”, quando todos os provisionamentos (depreciações, devedores duvidosos, etc.), e ajustes, e depois da realização do encerramento das contas de receita e despesa.

Além da questão legal, pois as empresas têm obrigatoriedade de apresentar ao final de cada período base seu balanço patrimonial, principalmente as de sociedade anônimas que além de formalizar os registros necessitam publicar seu balanço, e também outros demonstrativos, como o de lucros e prejuízos acumulados, de resultados do exercício (DRE) e de origens e aplicações de recursos (DOAR), (Lei das S.A. Art. 176), o balanço patrimonial possibilita que o administrador verifique a real situação financeira, patrimonial e econômica da empresa, evidenciando ainda as variações ocorridas no período. (VELTER E MISSAGIA, 2005 p. 502).

A apresentação do balanço patrimonial deve seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade (Lei nº 6.404/76), que regem o modelo padrão para a confecção do demonstrativo. Essa padronização permite que o leitor independente do interesse, acionista, fornecedor, instituição financeira, fisco, tenha uma interpretação facilitada e consiga elencar o grau de endividamento, os índices de liquidez, retorno de investimento, giro de estoques, etc. (VELTER E MISSAGIA, 2005 p. 503).

Lei nº 6.404/76,

“Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- I) ativo circulante;
- II) ativo não-circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- I) passivo circulante;
- II) passivo não-circulante; e
- III) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.”

Baseado na legislação transcrita acima pode-se chegar a um modelo de estrutura que pode ser encontrado com freqüência nas organizações.

MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL	
1. ATIVO	2. PASSIVO
1.1 CIRCULANTE	2.1 CIRCULANTE
1.1.1 DISPONIVEL	
1.1.2 DIREITOS REALIZÁVEIS	2.2 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
1.1.3 DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	2.3 RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS
1.2 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1.3 PERMANENTE	2.4.1 CAPITAL SOCIAL
1.3.1 INVESTIMENTOS	(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR
1.3.2 IMOBILIZADO	2.4.2 RESERVAS DE CAPITAL
1.3.3 DIFERIDO	2.4.3 RESERVAS DE LUCRO
	2.4.4 RESERVAS DE REAVLIAÇÃO
	2.4.5 LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS

Quadro 3: Modelo de estrutura de Balanço Patrimonial.

Fonte: Velter e Missagia (2005, p. 504)

Resumidamente, o ativo, engloba as aplicações de recursos representadas por bens e direitos; o passivo compreende as origens de

recursos representadas por bens e direitos; e o patrimônio líquido enquadra os recursos próprios da organização (IUDÍCIBUS E MARION, 2002 p. 191).

Neste contexto, após a reunião de todas as contas, o balanço patrimonial irá apresentar à pessoa responsável pelas decisões, importantes dados que ajudarão a evidenciar, a posição de liquidez e endividamento, a representatividade dos principais grupos patrimoniais (como exemplo, pode-se citar a comparação do Imobilizado com o Patrimônio Líquido, o Passivo Circulante com o Ativo Circulante, etc.), e ainda, pode ser um indicativo inicial de quanto se deve investir para ter uma empresa semelhante. Também, o administrador poderá se valer de comparações entre períodos passados da empresa, para evidenciar o crescimento ou não, e também relacionar suas contas com empresas concorrentes (IUDÍCIBUS E MARION, 2002 p. 187).

2.3.2 Demonstrativo de Resultados do Exercício

O Demonstrativo de Resultados do Exercício popularmente reconhecido por sua sigla DRE é a principal demonstração de fluxos de uma organização, é nele que são apuradas e comparadas as receitas e despesas da organização em seu período contábil. Ele pode ser positivo, quando as receitas superam as despesa, negativo, quando as despesas superam as receitas, ou nulo, quando elas se equivalem (IUDÍCIBUS E MARION, 2002 p. 197).

Para Velter e Missagia (2005, p. 435) o demonstrativo de resultado do exercício, “é uma forma organizada de confrontar receitas com despesas para obter o resultado do período”.

Ainda segundo os autores Velter e Missagia (2005, p. 425 e 436), é no DRE que são discriminadas:

- a receita bruta das vendas de mercadorias e serviços; as deduções da receita (abatimentos, descontos, tributos sobre receitas, e devoluções);
- a receita líquida;
- o custo das mercadorias ou serviços vendidos (CMV);
- o lucro bruto nas operações com mercadorias e serviços;
- as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais.
- o lucro ou o prejuízo operacional líquido;

- as receitas e despesas não operacionais e o saldo da conta de correção monetária;
- o resultado do exercício, antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, e as respectivas provisões;
- as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados (DEAPF);
- o lucro ou prejuízo do exercício e o seu montante por ação do capital social.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO	
(+) RECEITA BRUTA DE VENDAS	100.000,00
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS	-10.150,00
Vendas Canceladas	-6.500,00
Descontos incondicionais	-1.000,00
Cofins	-2.000,00
PIS s/faturamento	-650,00
(=) RECEITA LÍQUIDA	89.850,00
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS (CMV)	-15.550,00
(=) LUCRO OPERACIONAL BRUTO	74.300,00
(-) VARIAÇÃO MONETÁRIA PASSIVA	-1.500,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	-450,00
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	3.000,00
(-) DESPESAS DE VIAGENS	-2.600,00
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-890,00
(+) RECEITAS DE ALUGUEL	1.250,00
(+) DIVIDENDOS DE PARTICIPAÇÃO ADQUIRIDA	1.300,00
(=) LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	74.410,00
(+) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	4.000,00
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-990,00
(=) LUCRO LÍQUIDO ANTES DA CSLL	77.420,00
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/LUCRO	-6.193,60
(=) LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IR	71.226,40
(-) PROVISÃO P/ O IR	-17.355,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	53.871,40

Tabela 2: Exemplo de Demonstrativo de Resultados do Exercício.
 Fonte: Velter e Missaglia (2005, p. 445)

O demonstrativo de resultado do exercício, como descreve Ludícibus e Marion (2002, p. 201), “observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas”.

2.4 Análise Financeira

Como descrito de forma clara e objetiva por Junior, Rigo e Cherobim (2010, p. 76), a análise das demonstrações financeiras “é o instrumento utilizado por acionistas, credores efetivos e potenciais e administradores da empresa para conhecer, através de índices financeiros – grandezas comparáveis obtidas através de valores monetários absolutos –, a posição e a evolução financeira da empresa”. Ainda como descrevem os autores, após a obtenção dos índices financeiros, a partir, principalmente, do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultados do exercício, esses índices são analisados e comparados com padrões históricos (períodos passados, ou mesmo com objetivos projetados no processo de planejamento financeiro da própria empresa) e setoriais (comparações com a média do setor, com empresas do mesmo ramo de atividade).

2.4.1 Índices de liquidez

Os índices de liquidez “medem a capacidade da empresa saldar seus compromissos no curto prazo. Evidenciam a solvência geral da empresa” (JUNIOR, RIGO E CHEROBIM, 2010 p. 77). Estes índices podem ser avaliados pelo critério de quanto maior melhor, pois eles evidenciam o grau de solvência em caso de encerramento total das atividades (BRAGA, 1989 p. 155). O ideal para evidenciar a saúde da organização, no caso de interpretação dos resultados obtidos através dos cálculos, pode ser considerado que índices maiores ou iguais a 1,0 são satisfatórios, pois, a cada R\$1,00 de dívida a empresa dispõe de R\$1,00 para saldá-las,

Os índices de liquidez podem ser, dependendo da finalidade da análise, abordados de formas distintas, conforme apresentadas abaixo:

- **Índices de Liquidez Corrente (ILC)**

$$\text{ILC} = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$$

O índice de liquidez corrente é o mais conhecido, mas pode se tornar uma armadilha, como descreve Braga (1989, p. 156), ao relacionar o ativo circulante com o passivo circulante, pode-se deixar de lado uma série de fatores relevantes ao seu contexto. Em um ativo alto, pode conter uma incidência de estoques de giro muito lento, duplicatas com um prazo muito estendido ou de difícil cobrança. Em contrapartida o passivo pode conter dívidas a vencer com um prazo curto, e dessa forma transformar uma empresa com liquidez corrente de 2,0 pior que uma empresa com 1,0 deste mesmo índice.

- **Índices de Liquidez Seca (ILS)**

$$\text{ILS} = \frac{\text{ativo circulante} - \text{estoques}}{\text{passivo circulante}}$$

Este índice relaciona o ativo circulante com o passivo circulante, porém subtraindo-se os estoques. Dessa forma, sobram no ativo valores de maior liquidez, como duplicatas e outras contas a receber em curto prazo, as aplicações financeiras e as próprias disponibilidades. Essa subtração dos estoques torna esse índice mais rigoroso quanto sua capacidade de solvência (BRAGA, 1989 p. 156).

- **Índice de Liquidez Imediata (ILI)**

$$\text{ILI} = \frac{\text{disponibilidades} + \text{aplicações financeiras}}{\text{passivo circulante}}$$

O índice de liquidez imediata é o indicador mais claro, pois considera somente os valores realmente disponíveis (caixa, bancos, aplicações financeiras) para a quitação de obrigações no curto prazo. (PADOVEZE, 2004 p. 213).

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)**

$$\text{ILG} = \frac{\text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}}$$

Da mesma forma que os índices anteriores, o índice de liquidez geral tem por objetivo verificar a solvência da empresa, porém relacionando agora todos os saldos a receber e a realizar, com todos os valores a pagar, considerando o curto e longo prazo (PADOVEZE, 2004 p. 213).

2.4.2 Índice de endividamento

$$\text{IE} = \frac{\text{passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}}{\text{Patrimônio líquido}}$$

Como consta em Padoveze (2004, p.214), este índice demonstra a estrutura de financiamento da empresa. Ele reflete as políticas de alavancagem financeira da empresa e financiamento do capital de giro. Ele pode ser utilizado por credores como parâmetro de garantia, pois retrata o quanto a empresa tem de capital próprio para garantir as dívidas contratadas para giro e financiamentos.

Neste índice pode-se identificar como bom resultado valores abaixo de 1,00, pois isto demonstra que a empresa possui capital próprio maior do que as dívidas contraídas, e o contrário pode indicar endividamento maior do que o patrimônio da empresa.

2.4.3 Índices de atividade

Os indicadores de atividade procuram evidenciar como está a operação da empresa. Eles refletem as políticas administrativas de fluxo de caixa e a capacidade da organização da continuidade do fluxo de atividades operacionais. “Estes indicadores buscam também evidenciar a produtividade dos ativos da companhia”.

- **Prazo médio de recebimento (Anual)**

$$= \frac{\text{duplicatas a receber} \times 360 \text{ dias}}{\text{receita operacional bruta}}$$

- **Prazo médio de recebimento (Mensal)**

$$= \frac{\text{duplicatas a receber} \times 30 \text{ dias}}{\text{média da receita operacional bruta (últimos 3 meses)}}$$

Este indicador objetiva evidenciar qual o tempo médio que a empresa leva para receber suas vendas diárias, ou seja, as vendas de hoje serão recebidas no caixa em x dias. No caso do cálculo mensal, os dados são mais recentes e tendem a ser mais precisos, pois as variações traduzem um curto espaço de tempo (PADOVEZE, 2004 p. 215).

- **Prazo médio de pagamento**

$$= \frac{\text{duplicatas a pagar} \times 360 \text{ dias}}{\text{compras brutas (materiais e serviços)}}$$

O prazo médio de pagamento demonstra o tempo médio que a empresa leva para quitar suas obrigações com seus fornecedores de materiais e serviços. Normalmente neste caso a empresa torna-se dependente dos prazos conquistados em negociações com seus fornecedores (PADOVEZE, 2004 p. 217).

- **Giro de estoque**

$$= \frac{\text{custo dos produtos vendidos}}{\text{estoques totais}}$$

- **Giro de estoque em dias**

$$= \frac{360 \text{ dias}}{\text{giro de estoques}}$$

Por sua vez, o indicador de giro do estoque mostra a velocidade que o estoque leva para transformar-se em vendas (PADOVEZE, 2004 p. 218).

- **Ciclo Operacional**

= prazo médio de recebimento (+) prazo médio de estocagem

O ciclo operacional identifica a quantidade de dias em que se desenvolve o processo produtivo (fabricação), comercial (venda) e financeiro (recebimento) de seus produtos. (PADOVEZE, 2004 p. 218).

- **Ciclo Financeiro**

= ciclo operacional (-) prazo médio de pagamento

O ciclo financeiro, como complemento do ciclo operacional, é o tempo do processo produtivo deduzindo-se o prazo que a empresa terá para pagar suas obrigações. (PADOVEZE, 2004 p. 219).

Para Padoveze (2005, p.219) como regra geral tanto para o ciclo operacional quanto para o ciclo financeiro, o menor ciclo pode ser considerado o ideal.

- **Giro do ativo**

$$= \frac{\text{receita operacional líquida}}{\text{ativo total}}$$

Este indicador revela a velocidade que o investimento total na organização leva para ser transformado em volume de vendas. Ele deve demonstrar o quanto de vendas foi gerado pelo total aplicado no ativo no período. (PADOVEZE, 2004 p. 220).

2.4.4 Indicadores de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade nada mais são do que a co-relação entre os resultados obtidos (lucros ou prejuízos) com as contas do balanço patrimonial.

- **Rentabilidade do ativo total**

$$= \frac{\text{Lucro líquido após IR}}{\text{ativo total}} \times 100$$

- **Rentabilidade do ativo operacional**

$$= \frac{\text{Lucro operacional líquido}}{\text{ativo total}} \times 100$$

- **Rentabilidade do patrimônio líquido**

$$= \frac{\text{Lucro líquido após IR}}{\text{patrimônio líquido final}} \times 100$$

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No referencial teórico foram apresentados alguns dos principais instrumentos de registros financeiros, demonstrativos financeiros e instrumentos de análise utilizados amplamente na administração financeira das organizações. O presente estudo buscou evidenciar os instrumentos de controle, os demonstrativos e as análises financeiras que podem ser encontrados com maior frequência nas obras bibliográficas da área.

Com o objetivo de relacionar as informações disponíveis em diferentes fontes, foram comparados os principais indicadores utilizados pelas empresas elencados pela revisão realizada neste trabalho, com um estudo desenvolvido pelo SEBRAE/MG e também com artigos científicos publicados em revistas especializadas. Destaca-se que o SEBRAE é uma instituição de apoio às micro e pequenas empresas, que se torna referência pelo seu trabalho e estudos desenvolvidos com intuito de auxiliar o crescimento dos negócios no país.

Abaixo será apresentado de forma gráfica (quadro 5) o estudo comparativo entre as informações. Nas três colunas estão apresentados os dados coletados de forma a evidenciar e verificar se o trabalho condiz com a realidade.

	Referencial Teórico	SEBRAE	Artigos Científicos
Instrumentos Financeiros	Faturamento Estoques Contas a Receber Despesas Fluxo de Caixa Planejamento Financeiro e Orçamento	Controle de Bancos Diário de Vendas Controle de Contas a Receber Controle de Contas a Pagar Controle de Despesas Controle de Estoques Diário de Vendas Fluxo de Caixa Previsão de Compras e Vendas	Controle de Estoques Controle de Caixa e Bancos Controle de Contas a Receber Controle de Contas a Pagar Fluxo de Caixa
Demonstrativos Financeiros	Balanco Patrimonial Demonstrativo de Resultados do Exercício	Apuração Mensal de Resultado Necessidade de Capital de Giro	Balanco Patrimonial Demonstrativo de Resultados do Exercício Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos.

Análise Financeira	Índices de Liquidez Índices de Endividamento Índices de Atividade Índices de Rentabilidade	Prazo Médio de Recebimento Prazo Médio de Estocagem Prazo Médio de Pagamento	Índices de Estrutura de Capital Índices de Rentabilidade Índices de Alavancagem Índices de Liquidez Índices Operacionais
--------------------	---	--	--

Quadro 4: Quadro comparativa de informações.

Fonte: Proposição do pesquisador

Como forma de entrada de dados ou registros, foi abordado no presente trabalho, o faturamento, controles de estoque, contas a receber, controle de despesas, e fluxo de caixa, orçamento e planejamento financeiro.

Já o estudo desenvolvido pelo Sebrae/MG (2005), indica como necessidade básica em uma organização, registros diários de caixa, controles bancários, diários de vendas, controles de contas a receber e a pagar, registro de despesas, controle de estoques, fluxo de caixa e previsão de compras e vendas.

Por sua vez, um dos artigos estudados Pessi et all (2010), descreve como registros importantes, provenientes do controle de caixa e bancos, contas a receber, contas a pagar e controle de estoques e fluxo de caixa.

Nos demonstrativos financeiros, o estudo bibliográfico elencou os dois demonstrativos mais comuns a toda organização, o demonstrativo de resultados do exercício, e o balanço patrimonial.

No manual apresentado pelo Sebrae/MG (2005) foi apresentado como demonstrativo necessário para uma boa administração dos recursos financeiros, a apuração mensal de resultado, e o cálculo da necessidade de capital de giro.

Outro artigo científico explorado, Ponte e Oliveira (2004) apresentam como demonstrativos importantes e que são encontrados e apresentados na maioria das empresas brasileiras, o balanço patrimonial, demonstrativo de resultados do exercício, as demonstrações de lucros e prejuízos acumulados, e as demonstrações de origens e aplicação de recursos. Ainda neste artigo as autoras complementam que muitas vezes as informações nestes demonstrativos são incompletos ou tornam-se de difícil interpretação, e dessa forma, é interessante que a gestão financeira demonstre “quadros suplementares e tabelas podem ser utilizados para detalhar e complementar as

informações registradas nas demonstrações contábeis, e, geralmente, são incluídos nas Notas Explicativas ou em seção subsequente” (PONTE E OLIVEIRA, 2004 p.10).

Finalmente, no quesito análise financeira, os autores investigados evidenciam em sua maioria os índices de liquidez, de endividamento, de atividade e de rentabilidade.

Para o Sebrae/MG podem ser descritos como de importância básica, os prazos médios de recebimento, de estocagem, e de pagamento.

Já para Bezerra e Corrar (2006), em seu artigo que realizou uma análise utilizando-se índices financeiros em empresas de seguros, demonstram como importantes para análise de empresas os índices de estrutura de capital, índices de rentabilidade, índices de alavancagem, índices de liquidez e índices operacionais.

Como demonstrado no quadro 5 as informações confrontadas resultantes da pesquisa bibliográfica, de certa forma se equivalem ou tem certa semelhança com as informações levantadas nos outros estudos. Pode-se perceber essa semelhança, no primeiro tópico (Instrumentos Financeiros), foi encontrado em ambos os trabalhos, presente pesquisa bibliográfica, manual SEBRAE/MG e artigo científico supracitado, que é de vital importância para assegurar um bom controle financeiro, os controles de estoques, contas a receber e fluxo de caixa. Por conseguinte, no tópico Demonstrativos Financeiros, foram evidenciados em todos os trabalhos, o demonstrativo de resultados do exercício, e apesar de não aparecer no trabalho do SEBRAE/MG o balanço patrimonial, presente neste referencial, é apontado também no artigo de Ponte e Oliveira (2004).

Por fim, no quadro de Análise Financeira, estão presentes no trabalho e no artigo de Bezerra e Corrar (2006), os índices de liquidez, índices de rentabilidade, índices de atividade ou operacionais e índices de endividamento ou alavancagem. No trabalho desenvolvido pelo SEBRAE/MG foram evidenciados apenas os índices de atividade, demonstrados mais especificamente pelo prazo médio de recebimento, estocagem e pagamento.

De maneira geral podemos concluir que através dessa co-relação apresentada no quadro 5, o trabalho cumpriu com o seu papel ao evidenciar

através do estudo bibliográfico, as principais ferramentas para registros e controles financeiros, que organizam, e geram subsídios íntegros e corretos para a gestão. Também, a evidenciação dos demonstrativos financeiros, que são importantíssimos para organizar de forma clara e gráfica os dados e informações financeiras, que fornecerão os números necessários para a realização das análises financeiras, evidenciando assim, com clareza e de forma fidedigna a situação atual das organizações. Outro grande resultado possível através das ferramentas abordadas, é a disponibilização de informações que serão vitais para um planejamento financeiro pois analisando-se o passado é possível verificar de forma precisa a situação, mas muitas vezes essa constatação pode ser tardia, e um planejamento futuro pode identificar as melhores alternativas para o sucesso empresarial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas empresas atuais, a questão monetária é a peça fundamental para sua existência, sem as receitas, e principalmente os lucros, elas estão fadadas ao fracasso, pois perdem o motivo que justifica o investimento de seus sócios.

Dessa forma, toda a organização necessita de muito controle para suas informações, pois elas servirão de subsídios principais no momento da tomada de decisão, na avaliação do que fazer, e de onde investir, sempre objetivando a competitividade e um bom espaço no mercado, sobre tudo no atendimento pleno de suas metas e objetivos.

Contudo, devido à grande competitividade e ao aumento significativo no número de informações existentes no mercado, existe sempre a necessidade da busca pela excelência, e por melhores formas de administrar, e foram essas necessidades que despertaram a idéia de desenvolver um estudo para abordar formas de demonstrar quais são os dados e ferramentas de maior importância para uma adequada administração dos recursos financeiros na organização, e o que eles podem trazer para enriquecer e tornar mais seguro e correto o trabalho do administrador financeiro, que tem seu papel evidenciado cada dia mais nas organizações.

Foram identificados os instrumentos de controle e registro de informações financeiras de maior relevância. Como o faturamento, que são os registros periódicos das vendas de uma empresa. Os registros de estoques, que possibilitaram sua administração e controle, pois influenciam de forma significativa o ativo das empresas, e se não forem adequados podem provocar elevados custos financeiros e despesa operacionais. As contas a receber, que reúnem as informações sobre vendas a prazo a clientes, e representam um ativo de grande liquidez nas empresas, pois podem ser facilmente transformadas em saldo de caixa, através de descontos ou também podem servir como garantias para empréstimos. As despesas, onde são registrados todos os sacrifícios monetários realizados na obtenção da receita. O Fluxo de caixa que planeja as necessidades de caixa e também gere as movimentações

diárias das organizações. O orçamento e planejamento financeiro, que por sua vez, fornece uma orientação para a direção das empresas.

Outro ponto identificado na pesquisa, foi a identificação dos demonstrativos financeiros que mais comumente são utilizados nas organizações, que irão organizar e apresentar de forma organizada e gráfica, facilitando o entendimento por parte dos gestores. Os demonstrativos apresentados foram o balanço patrimonial, que apresenta a situação do patrimônio da empresa, suas fontes de recursos, e onde eles são aplicados. Também o demonstrativo de resultados do exercício, que a expressão dos registros das receitas e despesas da empresa em um período.

O estudo buscou também, apresentar alguns dos principais índices financeiros que revelam, através do cruzamento das informações registradas e apresentadas graficamente nos demonstrativos, o posicionamento financeiro da organização.

Por fim, efetuou-se um cruzamento das informações abordadas na pesquisa bibliográfica, com artigos publicados em revistas especializadas, e um manual desenvolvido pela instituição SEBRAE/MG. O resultado desse relacionamento de informações, foi que os dados que a pesquisa bibliográfica reuniu, se equivalem parcial ou totalmente, corroborando com a idéia que as informações descritas no estudo identificam uma forma adequada de registrar, demonstrar e analisar as informações provenientes da movimentação monetária das organizações.

Pode-se perceber, dessa forma, que o estudo cumpriu com seu propósito, e pode ser utilizado como um referencial que irá guiar a pessoa interessada na estruturação de um setor financeiro, apontando o que é mais importante e facilitando substancialmente o trabalho de organização e implementação.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estruturas e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 9ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005.

BEZERRA, A. B. CORRAR, L. J. **Utilização da Análise Fatorial na Identificação dos Principais Indicadores para Avaliação do Desempenho Financeiro: Uma Aplicação nas Empresas de Seguros**. Artigo disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17n42/v17n42a05.pdf>>. Acesso dia 29 de março de 2014.

BRAGA, R. **Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira**. São Paulo: Ed. Atlas, 1989.

BRIGHAN, E. F. HOUSTON J. F. **Fundamentos da Moderna Administração Financeira**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

BRIGHAN, E. F. GAPENSKI, L. C. EHRHARDT, M. C. **Administração Financeira: teoria e prática**. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2001.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 10ª Edição. São Paulo: Ed. Addison Wesley, 2004.

Glossário da Contabilidade. Disponível em <http://www.vapes.cnt.br/glossario.htm>, acesso em: 05/03/2014.

HOJI, M. **Administração Financeira. Uma Abordagem Prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 3ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, S. de. MARION, J. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o Nível de Graduação**. 3ª Edição. São Paulo. Atlas, 2002.

JÚNIOR, A. B. L. RIGO, C. M. CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

LEI Nº 6.404/76 - **Das Sociedades por Ações**. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/eventos/sociedade_por_acoes.pdf, acesso em 08/03/2014.

OLIVEIRA, D. C. **Manual: Como Elaborar Controles Financeiros**.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistemas de Informação Contábil**. 4ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

PESSI, A. BERTOLINI, G. R. F. ORSO, J. P. C. MAINARDES, M. L. BONATTO, S. J. BONAFIN, T. C. **A Importância do Planejamento e dos Controles Financeiros para o Sucesso da Organização**. Artigo disponível em
<[http://projetos.unioeste.br/projetos/amic/images/files/Artigo%20revista%20extensao%20uepg%20-%20marco%202010\(1\).pdf](http://projetos.unioeste.br/projetos/amic/images/files/Artigo%20revista%20extensao%20uepg%20-%20marco%202010(1).pdf)> Acesso dia 20 de março de 2014.

PONTE, V. M. R. OLIVEIRA, M. C. **Práticas da evidenciação de Informações Avançadas e Não Obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras**. Artigo disponível em
<<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v15n36/v15n36a01.pdf>>. Acesso dia 25 de março de 2014.

SÁ, A. L. de. SÁ, A. M. L. de. **Dicionário de Contabilidade**. 9ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1994.

SANVICENTE, A. Z. **Administração Financeira**. 3ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.

SEBRAE – **Arrecadação de Tributos**. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/uf/minas-gerais/tenho-uma-empresa/tributos-e-obrigacoes#.UxpG4T9dWSo>, acesso em 07/03/2014.

VELTER, F. MISSAGIA, L. R. **Manual de Contabilidade: Teoria e mais de 700 questões**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005.